

DESAFIOS DA INCLUSÃO EDUCACIONAL E ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR SOBRE ESSA DEMANDA.

Ariel Moraes de Andrade, Beatriz Cinthia da Silva, Elihab Pereiro Gomes, Hozana Fernandes Lopes Oliveira, Eurandizia Maia da Silva.

Universidade Potiguar - callcenter@unp.br

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, cabe levar em consideração a mudança de conceituação e entendimento da palavra “especial” como sendo um déficit para uma nova construção de compreensão, transformando-a em diferença. Logo, trabalha-se com a diversidade, não com alguma incapacidade. A educação inclusiva é uma ação política, social, pedagógica e cultural em defesa de todos os alunos aprenderem e participarem juntos, sem nenhuma discriminação ou exclusão, mas com a ideia de equidade sobre os contextos ímpares de cada aluno.

Na escola, faz-se necessário atentar para aspectos que antes não eram vistos. O professor era ensinado a lidar com salas homogêneas, contudo, na prática escolar, em cada sala de aula há suas diferenças e cabe aos profissionais da área promoverem a aceitação dessa heterogeneidade, valorizar cada discente e cooperar para a aprendizagem desse. Com isso, a inclusão escolar se estabelece, de acordo com Mittler (2003, p.25), no “acesso e participação de todas as crianças em todas as possibilidades de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola”. Logo, a presença de pessoas diversas pede uma diversidade de ensino e aplicação de métodos de aprendizagem, de forma que todos os alunos possam ter, garantidos, seu crescimento e desenvolvimento no ambiente escolar. Dessa forma, implementou-se a educação especial na estrutura de Educação para Todos, que foi firmada pela UNESCO em 1990. A Educação Especial se realiza por meio de salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado) disponibilizando recursos e serviços, todavia, não é algo substitutivo à escolarização e, sim, suplementar para que a educação esteja contemplada no desenvolvimento no sujeito.

Entretanto, a Educação Inclusiva enfrenta carências e desafios no seu processo, seja ele por falta de capacitação profissional ou por questões estruturais. Dessa forma, o presente trabalho abordará as perspectivas acerca desse desenvolvimento e o olhar da Psicologia Educacional sobre a inclusão escolar, perpassando desde sua formação histórica até sua atuação no contexto atual.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, ou seja, de natureza bibliográfica sobre a Psicologia Educacional e Escolar no contexto da inclusão. Tendo-se como pressuposto o resgate histórico e realizando uma análise sobre as dificuldades encontradas na área de inclusão educacional e a atuação do psicólogo afim de uma melhor estruturação e avanço nessas questões. Busca-se realizar diversos contrapontos entre autores e tem como base referencial livros e artigos que apresentam embasamentos acerca desse conteúdo. Foi consultado periódicos científicos, artigos com pesquisas de campo e recursos com base histórico-social para a inserção de todos os alunos na educação, para além da presença em sala de aula.

A temática diz respeito às problemáticas que envolve a inclusão e qual o papel do psicólogo escolar para contribuir no desenvolvimento

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

tanto da escola quanto do aluno, evitando que o discente se desenvolva em meio aos riscos, vulnerabilidades e a exclusão. Sendo assim, essas temáticas embasaram o suporte teórico para abordar conceitos, relatos históricos, sociais e profissionais relativas ao processo de inclusão educacional.

3. CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA IMPLEMENTAÇÃO DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), uma a cada sete pessoas vivem com alguma deficiência, entre elas estão as crianças (menores de dezoito anos) que, conforme UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), são cerca de 150 milhões de crianças. Voltando-se mais para o contexto brasileiro, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) constatou, em 2015, que 6,2% da população brasileira têm algum tipo de deficiência auditiva, visual, física ou intelectual. Logo, percebe-se a necessidade de alcançar essa parcela da sociedade e proporcionar o que é de direito para cada um, seja saúde, benefícios financeiros, atividades profissionais, incluindo a educação.

As pessoas que precisam de uma atenção especializada têm todos seus direitos garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o art.205 afirma que: A educação é direito de todos, dever do Estado e da família, visando o preparo do sujeito, seu desenvolvimento e sua qualificação para o mercado de trabalho. “Todos” decorre do latim *Percipere* e significa “completamente”, ou seja, crianças, jovens e adultos com deficiência também devem ser incluídas no processo de aprendizagem, sendo atendida de conforme sua necessidade. Entretanto, antigamente, esse entendimento era visto apenas como uma forma de integração dos indivíduos, sem ter um acolhimento de forma especializada, portanto, o aluno estava em sala, mas não conseguia participar das atividades escolares. Contudo, foi a partir de 1994, que a temática de inclusão ganhou destaque dentro do contexto escolar de alunos com necessidades especiais com a declaração da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) sobre a Declaração de Salamanca. Esse documento foi elaborado com o objetivo de fornecer diretrizes e bases para a formação de um sistema educacional firmado na educação inclusiva, partindo do conceito de democratização da escola e universalização do ensino.

4. CARÊNCIAS E DESAFIOS

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001)”. Logo, notar-se-á que ensino é um atendimento com equidade e isso é de direito a todos os alunos. Apesar de ser uma necessidade para um ensino de qualidade e igualitário, há diversos desafios que a inclusão educacional enfrenta, como a falta de preparo dos profissionais envolvidos no processo de cuidado do aluno e a estrutura física das escolas.

O professor orienta o aluno no processo educacional, ou seja, irá intervir nas atividades que o aluno ainda não possui autonomia para desenvolver sozinho, logo, ele irá selecionar métodos para o ensino, desenvolvimento cognitivo e apoio educacional. Sabendo disso, é primordial que sejam levadas em consideração as diferenças dos discentes, como o ritmo de aprendizagem e interesses dos alunos, logo, cabe ao professor apresentar apoio e recursos diferenciados. Dessa forma, identificar essas diferenças e planejar estratégias para aprendizagem é de suma importância, apesar de cada professor ter seu estilo, ele precisa ser flexível o suficiente para abarcar a diversidade em sala de aula, haja vista que sua metodologia nem

sempre contemplará todos os alunos. Com isso, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, promove as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, com intuito de ter uma formação de docentes capacitados a atender essa diversidade e com conhecimentos que supram as necessidades educacionais especiais do aluno, porém, ainda há salas de aula com professores que não estão preparados para lidar com essas demandas, o que poderá prejudicar o aluno, pois muitos estão engessados na mesma metodologia e não se qualificam. Segundo Mantoan (2003, p. 76) “a maioria dos professores tem uma visão funcional do ensino e tudo que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado”, logo, terão dificuldades em repassar o conteúdo para alunos que não possuem o mesmo entendimento que eles ou que precisam de olhar diferenciado ao processo de aprender.

O professor, juntamente com a equipe pedagógica, são peças fundamentais para e inclusão educacional, porém, mesmo com um leque de bons profissionais, há dificuldades voltadas à estruturação das escolas. Nota-se a falta de salas de aula com ambientes favoráveis à inclusão, tendo salas superlotadas, insuficiência de material didático, móveis inadequados e ausência de tecnologia assistiva, que é de extrema importância para o desenvolvimento cognitivo de crianças com necessidades educacionais especiais. Marchesi (2004, p.44) afirma que não se pode ignorar as condições de trabalho do professor, fatores econômicos, disponibilidade de recursos e apoio institucional, esses fatores, ao lado de sua formação, são participantes de uma dedicação e bons resultados profissionais. Destarte, nota-se que as circunstâncias para uma inclusão educacional correta perpassam fontes profissionais e adentra, também, as condições ambientais, sendo necessário um ajuste na infra-estrutura que abranja as disparidades entre os alunos. Exige, portanto, investimento em espaços e salas de aula com acessibilidade e materiais diversificados, como recursos pedagógicos e tecnológicos.

5. ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

A Psicologia Educacional e Escolar pode ser identificada desde a época colonial, porém, no início de sua prática, detinham-se em procedimentos de testes psicológicos, reforçada de uma prática, em testes de QI, caracterizando-se como um instrumento excludente. Entretanto, de acordo com Andrada (2005), o psicólogo escolar não pode mais consentir com o antigo modelo que regia toda a prática e passa a realizar sua prática através da observação, olhar preventivo e análise cotidiana.

A prática de avaliação e intervenção psicológica ainda é auxílio fundamental para a identificação da necessidade dos alunos. Entretanto, a nova concepção do psicólogo educacional também deve discernir os desprovimentos de todos os sujeitos envolvidos, desde o aluno até o docente, porém, a mudança e reflexão constante no tratamento da diversidade humana é essencial no discurso do psicólogo educacional, direcionando projetos para os profissionais responsáveis pela estruturação física na escola e com os envolvidos na construção do saber, com intuito de combater até mesmo o isolamento profissional, que constrói limítrofes na abertura de novas metodologias para um melhor ensino, e, não somente apresentar, mas instruir e desenvolver profissionais entendidos, abertos e dispostos a lidar com a realidade da educação inclusiva. Dentre as atuações do psicólogo educacional há um trabalho com instrumentos e projetos com os docentes, ajudando-os a estabelecer uma consciência inclusiva, aberta a mudanças e melhorias, tanto nas suas técnicas de ensino quanto no tratamento dos alunos, todos esses fatores são de suma essencialidade no processo de aprendizagem escolar. É interessante ressaltar que essa construção percorre o caminho educacional e

adentra um sentido de metanóia, mudança cultural, social e, principalmente, ideológica.

6. CONCLUSÃO

A articulação entre a Psicologia Escolar e inclusão remete ao pensamento de uma ação profissional mais comprometida socialmente, por parte do psicólogo, a fim de identificar as demandas escolares e agir em função de uma melhoria do pensamento crítico construtivo dos alunos e dos docentes, garantindo que o ensino chegue a todos, independente de suas necessidades, a construção metodológica deve estar embasada no conceito de equidade, porém, só poderá se alcançar esse objetivo, se os profissionais estiverem instruídos para uma aceitação da inclusão e estarem capacitados tanto em teoria quanto em prática.

Apesar dos problemas e desafios, uma formação ideológica e política entendida da diversidade humana e dos direitos sobre cada cidadão, somada a uma prática profissional eficaz, com qualidade e respeitando a individualidade do sujeito, desenvolve uma sociedade igualitária e sujeita a uma verdadeira inclusão educacional e democratização escolar.

7. REFERÊNCIAS

TERRA, R.; GOMES, C. Inclusão escolar: carências e desafios da formação e atuação profissional. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 45, p. 109–124, 2013.

GOMES, C.; SOUZA, V. Educação, psicologia escolar e inclusão: aproximações necessárias. **Revista Psicopedagogia**, v. 28, n. 86, 2011.

GOMES, Claudia and SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. Psicologia e inclusão escolar: reflexões sobre o processo de subjetivação de professores. **Psicol. cienc. prof. [online]**. 2012, vol.32, n.3, pp.588-603.

OLIVEIRA, Gabriel Gonçalves. VELOSO, Lérica Maria Mendes. Principais desafios na inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional. **Revista Brasileira de Educação Básica**, ano 1, n. 2, p. 65-70, Jan./Mar. 2017.

DUEK, V. P. Professores diante da inclusão: superando desafios. n. 1, p.2-8. 2002, 2007.

GOMES, Claudia e SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. Educação, psicologia escolar e inclusão: aproximações necessárias. **Rev. psicopedag. [online]**. 2011, vol.28, n.86, pp. 185-193.

